

O primeiro estudo sobre as comunidades ciganas em Portugal aponta para a existência de 37 mil pessoas, sendo que 91,3% não tem o 3.º ciclo do Ensino Básico. Todavia, sendo este o primeiro estudo com uma natureza mais formal é de admitir que possam existir mais alguns milhares.



a comunidade cigana – mitos e realidades

S seja como for, o seu diminuto número face ao conjunto da população deixa cair alguns mitos que por aí circulam. Afirmar isto não significa que se ignorem problemas e dificuldades, desde logo quanto à sua forma de estar no espaço público.

A verdade é que se nada resolve procurar «tapar o sol com a peneira», é certo que também nada resolve, antes pelo contrário, não valorizar e destacar o que de positivo é possível assinalar e registar. Por exemplo, há indicadores que apontam para o facto de 95% das crianças ciganas cumprirem o Plano Nacional de Vacinação. E, a importância deste dado está muito para além dos estritos aspectos de saúde, o que já não seria pouco olhando casos e polémicas recentes.

A sua importância é revelar a existência de ligação com as instituições, elemento-base para a possibilidade de abrir outros caminhos que, neste como noutros casos, terão de ser construídos com os próprios.

Não sendo propósito desta abordagem entrar pelo detalhe, anotava três aspectos:

O primeiro, o tão falado Rendimento Social de Inserção (RSI). Em 2015, o número de beneficiários do RSI era de cerca 296 mil pessoas, com um valor médio de 94,84 euros, sendo que cerca de 100 mil tinham 18 ou menos idade. Não havendo, e bem, registos segmentados, calcula-se que a comunidade cigana constitui somente 7% desse total de beneficiários.

Para mais de 50% dos abrangidos pelo estudo acima referido, o RSI foi o factor que fez regressar ou manter na escola as crianças, aspecto de grande importância para o processo de socialização. Haverá casos de fraude? Porventura haverá, mas a comunidade cigana não têm o exclusivo nesta matéria. O valor social do RSI, para além de outros aspectos, é de uma importância incalculável como contributo para uma política de inserção das crianças na escola.

O segundo, a questão do casamento e da habitação. A endogamia¹ marca a relação entre os ciganos e isso favorece os casamentos precoces.

Do estudo referido, dois terços dos ciganos casaram antes dos 19 anos e 16%, fizeram-no entre os 12 e os 14 anos. A tradição conduz, em muitos casos, a que a rapariga vá viver para casa do rapaz (nunca o inverso), acabando por se constituírem famílias alargadas. Este é um elemento que importa ter presente na resposta às questões de habitação.

Mas o referido estudo anota que os interpelados, quando questionados sobre quem não queriam ter como vizinho, responderam: «outros ciganos». Isto conduz à desmistificação da ideia de que «são todos ciganos, dão-se todos bem, ficam todos juntos», seguindo um falso critério de homogeneização, como se fosse um conjunto indistinto. Tais critérios só podem conduzir à criação de bairros estigmatizados e, por outro lado, à potenciação dos factores que dificultam o estabelecimento de outras regras de relação social.

Por fim, os aspectos ligados com o espaço público, um dos principais, se não mesmo o principal problema potenciador de mal-estar e conflitualidades. Em locais de concentração de comunidades ciganas é comum a existência de muito lixo no espaço público envolvente.

Todavia, dentro de casa reina a limpeza, mesmo para os que vivem em barracas. Estamos em presença daquilo que a professora Teresa Costa Pinto sintetiza como «gosto pela casa, desgosto pelo bairro». Conforme referido atrás, a concentração das comunidades não ajuda à resolução do problema, ao contrário, aumenta-o exponencialmente.

O problema da deposição de lixo requer especial atenção, tendo presente que uma das principais actividades são as feiras, logo há mais cartão, embalagens, etc. Aliás, o mesmo acontece em bairros com concentração de comunidades africanas, nalguns casos com pequenas hortas, com plantação de milho e a sua desfolhagem, com tradições festivas próprias, etc.

Pretender tratar igual o que o não é, só pode ter um resultado. Ao contrário, terá de ser a partir da realidade concreta e do positivo que essas comunidades contêm, e é muito, que as soluções para um desenvolvimento harmonioso devem ser construídas. Os exemplos da Quinta do Mocho (Loures) ou do Bairro da Bela Vista (Setúbal) estão aí para o ilustrar.

por FERNANDO ANTUNES. Engenheiro e Auditor de Defesa Nacional
<https://www.abrilabril.pt/comunidade-cigana-mitos-e-realidades> (25/06/2017)



Foto de Pierre Gonnord

Ciganos em Viagem

A tribo que prevê a sina dos viventes
Levantou arraiais hoje de madrugada;
Nos carros, as mulher', c'o a torva filharada
Às costas ou sugando os mamilos pendentes;

Ao lado dos carrões, na pedregosa estrada,
Vão os homens a pé, com armas reluzentes,
Erguendo para o céu uns olhos indolentes
Onde já fulgurou muita ilusão amada.

Na buraca onde está encurralado, o grilo,
Quando os sente passar, redobra o meigo trilo;
Cibela, com amor, traja um verde mais puro,

Faz da rocha um caudal, e um vergel do deserto,
Para assim receber esses p'ra quem 'stá aberto
O império familiar das trevas do futuro!

Charles Baudelaire, in *"As Flores do Mal"*.
Tradução de Delfim Guimarães

a história do povo que ninguém quer



Rechacados por todos, os ROHINGYAS de Myanmar estão a ser vítimas de uma perseguição desumana. É a última vaga de uma tragédia antiga – e com um dedo português na sua génese

Danish Siddiqui/ Reuters

Esta situação “parece ser um exemplo clássico de limpeza étnica”. Foi com palavras inteiras, sem a habitual brandura opaca da diplomacia, que o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra’ad al-Hussein, se referiu ao mais recente ataque das autoridades de Myanmar (antiga Birmânia) à população rohingya. Uma perseguição recorrente e sistemática desde o início dos anos 60, quando o golpe militar instaurou a ditadura, e que aparentemente se mantém no regime democrático – o que tem valido aos rohingyas o epíteto de minoria étnica mais indesejada do mundo.

A investida mais recente, na verdade, começou em outubro de 2016, após o ataque de um grupo rebelde a entrepostos fronteiriços que deixou nove polícias birmaneses mortos. Mas intensificou-se nas últimas três semanas: após os insurgentes terem lançado nova ofensiva contra postos policiais, o exército retaliou em força. Organizações não governamentais e testemunhas ouvidas por jornalistas têm relatado violações em massa, detenções e assassinatos indiscriminados de civis, incluindo crianças, e a destruição metódica pelo fogo de aldeias inteiras. A Amnistia Internacional já veio apelidar as ações das autoridades birmanesas de “crimes contra a Humanidade”.

O resultado era previsível: só desde 25 de agosto, mais de 370 mil pessoas fugiram para o Bangladesh, que faz fronteira com o Estado de Rakhine, onde vive a larga maioria deste povo, criando uma crise humanitária que só encontra equivalente contemporâneo nos refugiados sírios (levando, tal como no Mediterrâneo, à proliferação de redes organizadas de contrabandistas de pessoas na Baía de Bengala).

Grande parte da explicação para a animosidade é religiosa. Myanmar é maioritariamente budista (perto de 90% da população), e os rohingyas, por serem predominantemente muçulmanos, sempre foram vistos como cidadãos de segunda. Ou menos do que isso, uma vez que lhe está vedada, desde 1982, a possibilidade de adquirir a nacionalidade birmanesa (as autoridades consideram-nos imigrantes ilegais), de viajarem sem autorização oficial, de estudarem para lá do ensino básico e de ocuparem postos políticos ou administrativos. Em suma, vive-se em Myanmar uma espécie de apartheid.

Mas o calvário dos rohingyas tem raízes mais antigas, de uma era em que o Budismo e o Islão ainda conviviam de forma pacífica – há centenas de anos, eram capturados por piratas e corsários portugueses na costa de Bengala (região hoje dividida entre a Índia e o Bangladesh)

e vendidos como escravos ao Reino de Arracão, correspondente ao atual Rakhine birmanês.

Nem Buda lhes vale

Os rohingyas são descendentes dos povos de Bengala que aderiram ao islamismo no século IX. No século XV, alguns grupos começaram a fixar-se no território que atualmente pertence a Myanmar. Mas a migração maior seria involuntária, quando escravagistas da região – incluindo muitos portugueses, que detinham uma importante feitoria naquela que é hoje a segunda maior cidade do Bangladesh, Chitagongue – passaram a levá-los das suas terras originais para Arracão, no século XVII.

A comunidade muçulmana continuou a crescer na região, ao ponto de, já em meados do século XX, na sequência dos processos de descolonização britânica, surgirem pretensões separatistas, com o objetivo de ser criado um estado islâmico. Coisa que a maioria budista da então Birmânia nunca esqueceria. Em 1962, a junta militar tomou conta do país e retirou aos rohingyas uma série de direitos (culminando com a lei que impedia os rohingyas de pedirem a nacionalidade birmanesa), alimentando ainda mais a insurreição.

A discriminação foi popular entre os birmaneses budistas. Sobretudo no particularmente pobre Estado de Rakhine, onde os locais viam os rohingyas como invasores e usurpadores, temendo a islamização da sua terra. A pressão do povo e o nacionalismo autoritário dos militares que governavam Myanmar fez o resto. Sucessivas investidas do exército contra os muçulmanos sem pátria, justificadas pelas ações dos rebeldes (considerados terroristas pelas autoridades), obrigaram

centenas de milhares de pessoas a fugir, a maioria para o Bangladesh, que as instalou em campos de refugiados.

Mas o país, com uma densidade de 100 pessoas por quilómetro quadrado (dez vezes superior à de Portugal), já não aguenta mais gente. Os 370 mil que chegaram nas últimas semanas transformaram uma situação difícil num caos absoluto, levando o governo do Bangladesh a fazer sucessivos apelos a Myanmar para receber os rohingyas de volta. Em resposta, Myanmar insiste que os rohingyas são imigrantes vindos do Bangladesh.

A comunidade internacional, por seu lado, tem criticado a forma como Myanmar está a lidar com o caso. O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se esta semana para discutir a crise humanitária, ainda que seja já certo que a China bloqueará qualquer tentativa de pressão sobre o governo local.

Por outro lado, o silêncio quase total da líder do país, Aung Suu Kyi – considerada uma heroína pela sua resistência de décadas à ditadura militar, o que lhe valeu um Nobel da Paz em 1991 –, tem chocado a comunidade internacional. A única vez que falou sobre o assunto limitou-se a acusar a torrente de “informação falsa” de estar a ajudar “os interesses dos terroristas”.

Outros galardoados com o Nobel da Paz já vieram a público pedir-lhe que tentasse parar a violência. O Dalai Lama, por exemplo, apelou ao budismo de Aung Suu Kyi, garantindo que Buda ajudaria os rohingyas. Mas, entre a extrema impopularidade dos rohingyas no país e a força dos militares, Suu Kyi não tem grande margem de manobra. Para já, nem Buda convence os budistas.

LUÍS RIBEIRO. Jornalista

<http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2017-10-14-A-historia-do-povo-que-ninguem-quer>

a solidão é uma epidemia social do nosso tempo



Há uma epidemia social de solidão que mata mais do que o tabaco e a obesidade. (George Monbiot)

Se às vezes encontrardes alguém que não vos dá o esperado sorriso, sede generosos e dai o vosso, porque ninguém tem tanta necessidade de sorriso como aquele que não sabe dá-lo aos outros. (Cardeal Newman)

ESTUDOS RECENTES VÊM MOSTRANDO QUE O INDIVIDUALISMO E O NEOLIBERALISMO, que vêm informando a sociedade e a economia contemporâneas, têm consequências particularmente nefastas, designadamente no domínio da saúde mental e da anomia social.

O crescimento das dependências (álcool, substâncias várias, bulimia e demais desordens alimentares, etc.), a que assistimos com justificada preocupação, está associado à perda de vínculos afectivos fortes. O mesmo se pode dizer de fenómenos sociais doentios, como sejam: a crescente incidência das depressões, a ansiedade face ao futuro, as fobias sociais e, de modo mais geral, uma certa insatisfação colectiva que, absurdamente, cresce à medida que avança o progresso material e as pessoas conhecem aumento do seu nível de consumo. George Monbiot, entre outros autores, chama a nossa atenção para a gravidade de uma epidemia social de solidão e para as suas consequências. Corremos o risco de nos esquecer que os seres humanos são seres relacionais e que o seu bem-estar (realização, felicidade) está intrinsecamente ligado à vida dos outros, à troca de afectos, ao reconhecimento, ao dom.

O conhecimento que as várias ciências proporcionam demonstra que não é pela via do individualismo e da competitividade que alcançamos maior satisfação pessoal e sedimentamos a coesão social que é uma das bases de sustentação das sociedades democráticas.

Ultrapassado o patamar da satisfação das necessidades consideradas básicas segundo o padrão do meio em que se vive, os seres humanos não se satisfazem com o consumismo a que são instigados, por força do marketing e de publicidade cada vez mais subtil mas não menos agressiva e indutora de dependências várias bem como de maior propensão ao hedonismo e ao individualismo.

As recentes calamidades, por algum breve tempo, servem de alerta de que os seres humanos ainda possuem reservas de compaixão e de solidariedade para com o seu semelhante. Mas, decorridos os dias da crise, a envolvente da cultura dominante e as rotinas dos quotidianos, eivadas de preocupações de índole material, deixam que sobressaia, de novo, o individualismo e o hedonismo de que, por sua vez, se alimentam a economia e a máquina do tempo da cultura contemporânea. E, assim, se propaga a epidemia social da solidão que mata.

Estas são perplexidades que merecem a nossa melhor reflexão e o nosso maior cuidado e que não devemos delegar em mentes e opções alheias.

Que podemos fazer?

Há dias num livro antigo, que folheava ao acaso, encontrei estas palavras do cardeal Newman:

Um sorriso não custa nada e rende muito. Enriquece quem o recebe sem empobrecer quem o dá. Só dura um instante mas a sua recordação é por vezes eterna. Ninguém é tão rico que possa passar sem ele, ninguém é tão pobre que não o possa dar. Um sorriso dá repouso no cansaço; no

desânimo renova a coragem; na tristeza é consolação.

Se às vezes encontrardes alguém que não vos dá o esperado sorriso, sede generosos e dai o vosso, porque ninguém tem tanta necessidade de sorriso como aquele que não sabe dá-lo aos outros.

Tomei estas palavras como um bom conselho fundado numa espiritualidade sadia de alguém que se reconhece no outro como parte de um Todo e sabe que partilha o mesmo mistério da Vida.

O cardeal Newman pensava, seguramente, no sorriso bom, que exprime fraternidade, comunhão, encorajamento, alegria e não nas suas variantes maldosas, de sarcasmo, dúvida, desprezo...

Não é meu propósito dar receitas para enfrentar a epidemia social de solidão de que fala George Monbiot, mas ocorre-me lembrar este conselho do cardeal Newman de prática consciente de um sorriso bom.

A prática de um sorriso bom, para com conhecidos e desconhecidos, familiares próximos, colegas de trabalho ou vizinhos, poderá estar ao nosso alcance como antídoto do individualismo que se incrustou na cultura dominante do mundo ocidental que tende a ver o indivíduo como átomo isolado, fechado em si mesmo na ilusão da sua auto-suficiência e superioridade, que passa ao lado do seu semelhante com indiferença e se mantém desatento às suas necessidades e aspirações.

Estas atitudes e comportamentos, infelizmente ainda tão frequentes, não se confinam às relações com estrangeiros e desconhecidos, invadem, hoje, muitos dos nossos espaços familiares e de proximidade, criando ilhas de solidão à nossa volta, sobretudo nas grandes cidades.

Penso nos idosos que vivem sozinhos ou se sentem abandonados em instituições, aonde raramente (ou nunca!) chega o aconchego do sorriso dos seus familiares e amigos. Talvez disponham aí dos cuidados básicos necessários à sua sobrevivência, mas estão carentes do essencial: o afecto, a gratuidade, o amor.

Também tenho presente crianças e adolescentes que não estão a receber dos seus pais a atenção e o carinho de que precisam para um desenvolvimento sadio, a construção de personalidade forte e generosa, a aquisição do sentido de pertença a uma comunidade, porque aqueles vivem sobrecarregados com horários e outras condições de trabalho que provocam stress, competitividade exacerbada e conflitualidade e já esqueceram ou subestimam os seus deveres de cuidado.

Não esqueço, tão pouco, os meios de trabalho, onde por vezes prevalece a cultura da indiferença, a manha do carreirismo, a luta pelo poder, o interesse egoísta onde seria desejável contrapor reconhecimento do outro como pessoa, cooperação leal, solidariedade, sentido de bem comum.

É caso para dizer que não nos faltam ocasiões que reclamam uma prática generosa de um sorriso bom, sincero, afectivo. Não poderá constituir um antídoto eficaz no combate à epidemia social da solidão que mata? Não servirá de alerta para abrir portas a mudanças mais profundas na compreensão da nossa relação com os outros, nos nossos estilos de vida, na orientação da economia e da organização da sociedade?

Uma coisa é certa: o sorriso não custa dinheiro e a prática do sorriso bom está ao alcance de cada pessoa.

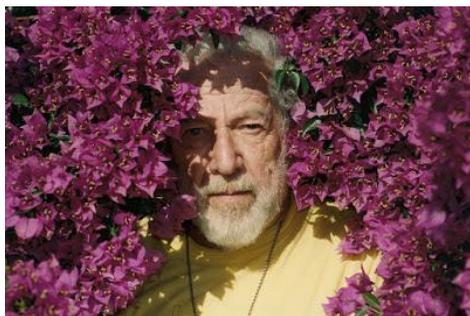
Imagem do Filme: *Der Himmel über Berlin* (As Asas do Desejo) - Wim Wenders. 1987 | Direção de fotografia - Henri Alekan |

MANUELA SILVA. Economista

<http://www.fundacao-betania.org/betania/index.php/ct-menu-item-5/318-edm-10-2017>

in memoriam JORGE LISTOPAD (1921-2017)

Aproximar o mundo visível do invisível



No passado dia 1 de Outubro faleceu, com a idade de 95 anos, o escritor, professor e encenador Jorge Listopad. De origem checa, este “português nascido em Praga” foi uma referência na cultura e particularmente no teatro, ao longo dos últimos cinquenta anos.

Nas suas criações manifestava-se naturalmente o desejo de aproximar o mundo visível do invisível, de criar relações, fossem elas claras ou misteriosas, entre o mundo da natureza e o mundo da graça. Fazia-o através de um exercício vivencial e artístico de querer reler e religar um universo ferido e fragmentado, como parece acontecer com todos aqueles que procuram através do teatro e da vida, decifrar a linguagem de Deus, incarnada até nas coisas mais pequenas e aparentemente insignificantes, onde se mistura o trivial e o sublime.

Em 1983 encenou *O Anúncio Feito a Maria*, de Paul Claudel, no Teatro Nacional D. Maria II, com a participação, entre outros, de Manuela de Freitas, Eunice Muñoz e João Perry, tendo a colaboração do grupo de Teatro da Universidade Técnica, de Lisboa. O espectáculo teve como cenário natural o vizinho Palácio da Independência e esteve em cena durante o mês de Julho com sessões esgotadas.

Entre outros trabalhos de Jorge Listopad onde se pôde sentir igualmente, com particular intensidade, esta profunda sensibilidade, podemos destacar o encontro com as obras de Calderón de la Barca, José Régio, António Patrício e Václav Havel. Em 1988, *Segismundo na Torre de Belém* segundo *A Vida é Sonho de Calderón de la Barca*, com o TUT - Teatro da Universidade Técnica, na Torre de Belém; em 1990, *Cenas da Vida de Benilde* segundo *Benilde ou a Virgem Mãe*, de José Régio, e *Judas*, de António Patrício, com o Grupo Teatro Hoje - Teatro da Graça; em 2000, *O Príncipe Constante*, de Calderón da la Barca, com a Companhia de Teatro de Almada, que esteve presente no Festival de Teatro de Cáceres e no Festival de Teatro Clássico de Almagro; e, em 2003, *Audiência/Vernissage/Havel*, de Václav Havel, no Teatro Nacional D. Maria II, com a presença do autor na estreia.

[...]

Texto de JÚLIO MARTÍN DA FONSECA

(Um outro perfil de Jorge Listopad pode também ser lido <https://www.publico.pt/2017/10/02/culturaipsilon/noticia/morreu-o-escritor-e-encenador-jorge-listopad-1787405>)

<http://religionline.blogspot.pt/2017/10/jorge-listopad-1921-2017-aproximar-o.html>